


Vender alimentos produzidos localmente para consumo local deveria ser algo muito corriqueiro, mas pode não ser legal



Subsistência é resistência: sistemas alimentares locais em tempos de crise econômica

Leila Dregger

 Alentejo é a maior e mais pobre região de Portugal. Cooperativas e outras iniciativas sociais que surgiram após a Revolução dos Cravos, em 1974, foram posteriormente fechadas por pressão da União Europeia. Esperava-se que investimentos maciços tornariam Portugal um modelo de desenvolvimento econômico, mas a atual crise financeira tem revelado as falhas do sistema, desfazendo esse sonho. Além disso, normas legais cada vez mais complexas têm tornado ainda mais difícil a vida de pequenos produtores tradicionais. No entanto, eles continuam a usar e defender os mercados locais, mesmo diante de um contexto de criminalização dessas práticas.

Diante das modernas normativas legais, Maria Isabel, uma agricultora de 83 anos, é uma *criminosa*. Durante décadas, ela direcionou toda a sua vitalidade e habilidades para contribuir com a economia local, fazendo tortas de maçã com ovos de suas próprias galinhas que ela vende para o bar local. Sua filha mais velha, Eusébia, de 58 anos, produz queijo de cabra em sua cozinha, vendendo cada um por € 1. José Manuel, que mora a poucos quarteirões, sempre produz alguns pães a mais do que o necessário para o consumo da família. Esse pequeno excedente é vendido para vizinhos. Dessa forma, ele complementa sua magra aposentadoria. Outros moradores da comunidade colhem cogumelos para vender. E, se no bar local acaba o estoque de garrafas de aguardente de medronho – uma bebida regional bastante popular feita do medronheiro –, o proprietário vai buscar em sua garagem uma garrafa de cerveja caseira que compra do velho Tomás, um dos anciãos da aldeia. O restaurante de propriedade de Maria Inácia Chavez também entrou na ilegalidade.

Esses são exemplos de comércios tradicionais e informais realizados sem notas fiscais. Você pode chamar essa prática de tradição, agregando-se a qualidade de vida e a *cor* local. Mas em tempos de crise, essa forma de partilha e venda entre vizinhos torna-se mais importante – ela ajuda as pessoas a sobreviver.

Austeridade

Sob pressão da poderosa *triade*, formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, Portugal foi forçado a agir contra os interesses de seu próprio povo. Ao contrário da França, Portugal não negociou condições especiais para os proprietários de pequenas empresas portuguesas. E, após a crise, o governo respondeu impondo uma série de medidas econômicas com o argumento de que fazem parte de uma conduta de *austeridade*.

As consequências? Pequenos produtores, bares, cozinhas, lojas e padarias que compõem a cultura tradicional nas áreas rurais do país são agora ilegais, pelo simples fato de não atenderem aos novos critérios comerciais. No entanto, para obter a licença exigida, os produtores têm de cumprir uma lista de requisitos e fazer investimentos que só são viáveis para empreendimentos de grande escala.

Impactos negativos

As novas regulamentações ocasionaram o fechamento de muitos mercados locais, onde antes os moradores conseguiam vender seus produtos e ganhar uma renda extra. Enquanto isso, o escritório local do fisco recentemente contratou 1.000 novos auditores.



A agricultura camponesa no Alentejo poderá conviver com as modernas regulamentações?

No contexto atual, famílias envolvidas na produção e no comércio local de alimentos passaram a ser criminalizadas. O governo está atribuindo a muitas pessoas comuns a pecha de sonegadoras fiscais e até mesmo uma parcela da culpa pelo surgimento da crise – quando elas estão apenas tentando *passar por ela* da melhor forma que podem. Na pequena aldeia de Amoreiras, a autarquia local multou um grupo que produziu e vendeu carvão, da mesma maneira que tem feito há décadas. A idade média dos infratores era 70 anos.

Adérito Pereira é proprietário de um pequeno bar. Ele teve que comprar uma moderna caixa registradora e ficou muito frustrado: se o cliente pede, eu tenho que dar uma fatura. No caso de uma omelete, então o fisco também espera ver uma nota fiscal para os ovos. Mas não posso usar os ovos de minhas próprias galinhas. Isso não é permitido. Passou a ser uma prática ilegal.

O ex-professor de História, Antonio Quaresma, aponta: *Se os produtos locais desaparecerem, sendo substituídos pela produção industrial, obviamente serão as grandes corporações que lucrarão, em vez da economia local.* Ele também pinta um quadro sombrio de algumas práticas atuais. *Terras no Alentejo encontram-se arrendadas*

a empresas internacionais para o cultivo de oliveira ou para a horticultura irrigada em estufa, muitas vezes empregando força de trabalho da Bulgária, Tailândia ou de outro lugar. Depois de alguns anos, o solo é degradado.

Fica então a questão: a maioria dos benefícios é levada para fora da região, e será que essas empresas sempre pagam todos os impostos devidos?

Remando contra a maré

Existe um slogan contundente: *Onde a injustiça se torna lei, a resistência se torna um dever.* E acreditamos que ele se aplica à situação no Alentejo. As autoridades e os tomadores de decisão estão muito distanciados da realidade do povo, sendo moralmente errado negar os direitos tradicionais de idosos que lutam para garantir a subsistência em suas comunidades de origem. Também é estrategicamente incompreensível. O Alentejo é uma região que ainda detém e partilha de conheci-

mentos, métodos e práticas tradicionais, assim como mantém uma forte coesão social dentro das comunidades. Esse tesouro cultural raro está sendo destruído.

Mas os portugueses estão se organizando cada vez mais para manifestar sua insatisfação. Várias vezes, em 2013, até um milhão de pessoas – o que corresponde a uma em cada dez da população – protestaram contra as imposições da *tríade*. Muitas também demonstram criatividade e determinação em sua desobediência civil. Quando o parlamento estava debatendo uma lei que forçaria os clientes de restaurantes a solicitar a nota fiscal, dezenas de milhares de pessoas forneceram o número de identificação fiscal do primeiro-ministro, em vez do seu. A lei foi rapidamente suspensa. Há também muitos prefeitos de vilarejos que não

aceitam que os mercados locais informais sejam proibidos. Para contornar as regras, eles operam sob o nome de *mostra* (remetendo à ideia de exposição, e não venda) de produtos locais. Se uma pessoa quer deliberadamente dar algo e alguém eventualmente coloca dinheiro em uma caixa de doação, bem, quem pode impedir isso?

Há também casos de desobediência civil no Alentejo, onde as pessoas vão a restaurantes, pedem pratos caseiros que utilizam produtos locais e não exigem recibos. Os sistemas de troca locais estão se desenvolvendo. Os donos de comércios começam a perceber que colocar uma caixa de doação na entrada dos estabelecimentos traz mais lucros do que modernas caixas registradoras. E talvez moedas locais poderiam ser desenvolvidas para contornar as leis fiscais mais rígidas.

○ trabalho na parcela agrícola como expressão de luta cotidiana em defesa dos meios e modos de vida



Unindo forças

Felizmente, quando surge uma crise, qualquer crise, as pessoas parecem ter uma tendência natural a trabalharem juntas, em regime de ajuda mútua, buscando a autossuficiência com um espírito de comunidade renovado. Essa forma de cooperação também ajuda a amenizar os impactos negativos e pode contribuir para apontar o caminho

que conduzirá para a superação dos problemas sociais.

Esse movimento de reação não ocorre só no Alentejo, nem somente em Portugal como um todo. Quanto menos confiáveis se tornam os sistemas de abastecimento da economia global, mais precisamos expandir os mecanismos de subsistência local para níveis regionais e nacionais.

Modelos de sustentabilidade

O que podemos aprender com o caso do Alentejo é que modelos de autonomia regional evoluem

Levando ovos para vender ao restaurante local. Será que negócios como esse estão realmente infringindo a lei?



organicamente em áreas atingidas por crises. Em regiões onde o conhecimento agroecológico, social e econômico é aplicado localmente, toda a paisagem social floresce.

Esse quadro revela um lado positivo da crise, uma vez que as pessoas tendem a desenvolver uma maior abertura à cooperação e à experimentação.

Em Portugal, alianças inesperadas estão se consolidando. A juventude urbana que protesta e os idosos das áreas rurais vêm percebendo que têm objetivos comuns. Cada vez mais pessoas das cidades querem ir para o campo, não por nutrir uma visão romântica, mas porque o estilo de vida urbano está cada vez mais difícil de sustentar com o aumento dos preços dos alimentos, da energia e dos aluguéis, o que é agravado pela queda dos salários. Nas pequenas cidades, de onde talvez vieram seus pais ou avós, elas esperam encontrar melhores oportunidades. Mas a maioria não detém o conhecimento necessário para construir e desenvolver suas condições de vida.

Em 2012, em resposta a essa situação, a iniciativa apelidada de *Movimento 12 de Março*¹ levou à fundação da *Academia Cidadã*, um espaço onde as pessoas podem aprender sobre o que é preciso para ganhar a vida de forma independente do sistema. A iniciativa é aliada ao movimento *Transition Towns*, à Rede Global de Ecovilas e a muitas outras experiências e grupos sociais. *Queremos reunir portadores de conhecimento locais e internacionais e formuladores de políticas com o objetivo de construir coletivamente uma região modelo*, declarou Vera Kleinhammes, envolvida no Campus Global, uma iniciativa educacional baseada no Alentejo. *O conhecimento sobre experiências de sustentabilidade ecológica e social que temos recolhido junto a nossos parceiros na África, na América do Sul, na Ásia e na Europa pode ajudar o Alentejo a deixar de ser um exemplo de região problemática para se tornar um modelo a ser seguido por toda a Europa.*

¹ O nome da iniciativa remete à data em que ocorreu o que se convencionou chamar de *Protesto da Geração à Rasca*, um conjunto de manifestações que reuniram centenas de milhares de pessoas em Portugal e em outros países no dia 12 de Março de 2011. (Nota da Tradução)

Leila Dregger

Jornalista da Rede Global de Ecovilas e moradora da Tamera – Centro de Pesquisa pela Paz (www.tamera.org), em Portugal
leila.dregger@snaflu.de



Orgulho e identidade camponesa